



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

PROCESSO	11634.720080/2018-11
ACÓRDÃO	2101-003.995 – 2ª SEÇÃO/1ª CÂMARA/1ª TURMA ORDINÁRIA
SESSÃO DE	4 de setembro de 2026
RECURSO	VOLUNTÁRIO
RECORRENTE	HELIO BONAFINI
INTERESSADO	FAZENDA NACIONAL

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF

Ano-calendário: 2013, 2014, 2015

MATÉRIA NÃO IMPUGNADA.

Nos termos do artigo 17 do Decreto nº 70.235 de 1972, a matéria não impugnada está fora do litígio e o crédito tributário a ela relativo torna-se consolidado no âmbito administrativo.

NORMAS GERAIS. NULIDADES. INOCORRÊNCIA.

A nulidade do lançamento deve ser declarada quando não atendidos os preceitos do CTN e da legislação que rege o processo administrativo tributário no tocante à incompetência do agente emissor dos atos, termos, despachos e decisões ou no caso de preterição do direito de defesa e do contraditório do contribuinte.

MANDADO DE PROCEDIMENTO FISCAL (MPF). IRREGULARIDADE. SÚMULA CARF Nº 171.

Irregularidade na emissão, alteração ou prorrogação do MPF não acarreta a nulidade do lançamento.

REQUISIÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA. REQUISITOS PARA SOLICITAÇÃO. OBEDIÊNCIA AO DECRETO Nº 3.724 DE 2001.

A Receita Federal poderá requisitar às instituições financeiras, por meio de Requisição de Informações sobre Movimentação Financeira (RMF), informações da movimentação bancária de contribuintes, quando houver procedimento de fiscalização em curso e tais exames forem considerados indispensáveis, obedecidos os critérios do Decreto nº 3.724 de 2001.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO. MÚTUO DE RECURSOS FINANCEIROS ENTRE PESSOA JURÍDICA E PESSOA FÍSICA.

As operações de crédito correspondentes a mútuo de recursos financeiros entre pessoas jurídicas ou entre pessoa jurídica e pessoa física, independentemente da forma pela qual os recursos sejam entregues ou disponibilizados ao mutuário, sujeitam-se à incidência do IOF, ainda que o mutuante não seja instituição financeira nem entidade a ela equiparada.

CONTRATO DE MÚTUO. CONDIÇÕES DE VALIDADE. PROVA.

Para que seja comprovada a relação obrigacional estabelecida em um contrato de mútuo é necessário que esse contrato esteja amparado em determinadas condições que atestem a sua efetividade, dentre elas a existência de contrato escrito com definição do valor mutuado e da data da sua disponibilidade, previsão de cobrança de juros e de prazo de vencimento do mútuo e prova do pagamento dos juros e da quitação do valor do empréstimo, pelo mutuário, ao final do contrato.

DEPÓSITOS BANCÁRIOS. ÔNUS DA PROVA. SÚMULA CARF Nº 239.

Os extratos bancários possuem força probatória, recaindo o ônus de comprovar a origem dos depósitos sobre o contribuinte, por meio de documentação hábil e idônea, sob pena de presunção de rendimentos tributáveis omitidos em seu nome.

Para elidir a presunção contida no art. 42 da Lei nº 9.430/1996, não é suficiente a identificação do depositante.

OMISSÃO DE RENDIMENTOS. LANÇAMENTO COM BASE EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS. ARTIGO 42 DA LEI Nº 9.430 DE 1996.

A presunção em lei de omissão de rendimentos tributáveis autoriza o lançamento com base em depósitos bancários para os quais o titular, regularmente intimado pela autoridade fiscal, não comprove, mediante documentação hábil e idônea, a procedência e natureza dos recursos utilizados nessas operações.

JUROS DE MORA. TAXA SELIC. LEGALIDADE. SÚMULA CARF Nº 4.

A partir de 1º de abril de 1995, os juros moratórios incidentes sobre débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal são devidos, no período de inadimplência, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia SELIC para títulos federais.

JUROS MORATÓRIOS SOBRE MULTA DE OFÍCIO. TAXA SELIC. SÚMULA CARF Nº 108.

Incidem juros moratórios, calculados à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia SELIC, sobre o valor correspondente à multa de ofício.

MULTA DE OFÍCIO. QUALIFICAÇÃO. EXIGIBILIDADE.

A multa de ofício qualificada é exigível quando constatada a intenção do sujeito passivo de modificar as características essenciais do fato gerador, de modo a impedir ou retardar seu conhecimento pelo Fisco, visando o recolhimento a menor dos tributos devidos.

OMISSÃO DE RENDIMENTOS DECORRENTE DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA. MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS EM CONTAS BANCÁRIAS DE INTERPOSTAS PESSOAS. QUALIFICAÇÃO DA MULTA DE OFÍCIO. CABIMENTO. SÚMULA CARF Nº 34.

Nos lançamentos em que se apura omissão de receita ou rendimentos, decorrente de depósitos bancários de origem não comprovada, é cabível a qualificação da multa de ofício, quando constatada a movimentação de recursos em contas bancárias de interpostas pessoas.

RETROATIVIDADE DA LEGISLAÇÃO MAIS BENÉFICA. LEI Nº 14.689 DE 2023. MULTA DE OFÍCIO QUALIFICADA REDUZIDA A 100%.

As multas aplicadas por infrações administrativas tributárias devem seguir o princípio da retroatividade da legislação mais benéfica. Deve ser observado, no caso concreto, a superveniência da Lei nº 14.689 de 20 de setembro de 2023, que alterou o percentual da multa qualificada, reduzindo-a a 100%, por força da nova redação do artigo 44 da Lei nº 9.430 de 1996, nos termos do artigo 106, inciso II, alínea “c” do CTN.

DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA. DECISÕES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS. EFEITOS.

A doutrina, as decisões administrativas e as decisões judiciais não se constituem em legislação tributária, nos termos do Código Tributário Nacional, de forma que só são aplicáveis ao processo administrativo fiscal nos casos em que a lei as houver atribuído eficácia normativa.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, conhecer do recurso voluntário; rejeitar as preliminares de nulidade do lançamento e do acórdão recorrido e, no mérito, dar-lhe provimento parcial para reduzir o percentual da multa de ofício aplicada à

100% em relação à infração de DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA INFRAÇÃO: OMISSÃO DE RENDIMENTOS CARACTERIZADOS POR DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA CONTA DE TERCEIROS, correspondente aos rendimentos identificados por presunção legal - depósitos bancários na conta de Juliana Sabino Bonafini (interposta pessoa), tendo em vista a retroatividade benéfica prevista na Lei nº 14.689 de 2023.

Assinado Digitalmente

Débora Fófano dos Santos – Relatora e Presidente

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros Ana Carolina da Silva Barbosa, Heitor de Souza Lima Junior, Raimundo Cassio Goncalves Lima (substituto[a] integral), Roberto Junqueira de Alvarenga Neto, Silvio Lucio de Oliveira Junior, Debora Fofano dos Santos (Presidente).

RELATÓRIO

Trata-se de recurso voluntário (fls. 1.173/1.224) interposto contra decisão da 1ª Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Fortaleza/CE (fls. 1.116/1.163), que julgou a impugnação improcedente, mantendo o crédito tributário formalizado no Auto de Infração – Imposto de Renda Pessoa Física, lavrado em 31/07/2018, no montante de R\$ 820.957,44, já incluídos juros de mora (Calculados até 07/2018) e multa proporcional (Passível de Redução), com a apuração das seguintes infrações: (i) OMISSÃO DE RENDIMENTOS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA - INFRAÇÃO: OMISSÃO DE RENDIMENTOS DO TRABALHO COM VÍNCULO EMPREGATÍCIO RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA; (ii) OMISSÃO DE RENDIMENTOS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA - INFRAÇÃO: OMISSÃO DE RENDIMENTOS DO TRABALHO SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO; (iii) DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA - INFRAÇÃO: OMISSÃO DE RENDIMENTOS CARACTERIZADOS POR DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA - CONTA BANCÁRIA PRÓPRIA e (iv) DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA - INFRAÇÃO: OMISSÃO DE RENDIMENTOS CARACTERIZADOS POR DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA - CONTA DE PESSOA INTERPOSTA (fls. 1.013/1.037), acompanhado do Termo de Verificação de Ação Fiscal (fls. 957/985) e dos Anexos 1 e 2 (fls. 986/1.012), em decorrência da revisão das declarações de ajuste anual dos exercícios de 2014, 2015 e 2016, anos-calendário de 2013, 2014 e 2015, entregues em 29/04/2014 (fls. 17/31), 30/04/2015 (fls. 32/41) e 28/04/2016 (fls. 42/50), respectivamente.

Da Impugnação

O contribuinte foi cientificado do lançamento, em 01/09/2018 (fl. 1.094), por meio do EDITAL/DRF/LONDRINA-PR/SAFIS N° 083/2018, de 16/08/2018 (fl. 1.043) e apresentou

impugnação em 20/09/2018 (fls. 1.058/1.093), com os argumentos sintetizados nos tópicos abaixo:

I. DOS FATOS

II. DA TEMPESTIVIDADE

III. DAS PRELIMINARES

III.I. DA NULIDADE DO TDPF POR AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO DE SUA PRORROGAÇÃO

III.II. DA NULIDADE DO PROCEDIMENTO FISCAL POR INOBSERVÂNCIA AOS REQUISITOS LEGAIS PARA EXPEDIÇÃO DA RMF — REQUISIÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

IV. DO MÉRITO

IV.I. DA INSUBSISTÊNCIA DO LANÇAMENTO POR OMISSÃO DE RECEITAS QUANTO A MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

IV.I.I. DA EFETIVA COMPROVAÇÃO QUANTO À ORIGEM DAS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS FISCALIZADAS

IV.I.I.I DO EQUÍVOCO QUANTO ÀS OPERAÇÕES REFERENTE À EMPRÉSTIMOS

IV.I.I. II. DA COMPROVAÇÃO DA ORIGEM DAS OPERAÇÕES BANCÁRIAS

a) DA COMPROVAÇÃO DE OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS NO ANO CALENDÁRIO DE 2013:

i) A J CARVALHO CONSTRUÇÃO — ITEM 7.2.1 E ITEM 7.3.4.6

ii) LAURO PICOLO — ITEM 7.2.7 E 7.3.3.1

iii) DA COMPROVAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MARIA DE LOURDES ROSA FARIA — ITEM 7.2.6

c) DAS OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS NO ANO CALENDÁRIO DE 2014:

i) DA COMPROVAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE PAULO ROBERTO CEREZINE — ITEM 7.2.4

b) DA COMPROVAÇÃO DE OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS NO ANO CALENDÁRIO DE 2015:

i) MARIOTTO ADM. DE BENS LTDA ME — ITEM 7.3.5.3

ii) DA COMPROVAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE VALDINEI APARECIDO ZAMPOLO

iii) DA COMPROVAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE À BONA BONA BULDING CONTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA

IV.I.I.III. DOS RECEBIMENTOS DA EMPRESA BONA BONA BULDING CONTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA DEPOSITADOS EM CONTA BANCÁRIA DE JULIANA SABINO BONAFINI - TRIBUTAÇÃO NO CAIXA DA PESSOA JURÍDICA - ITEM 8.4

IV.I. IV. DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA EM CONTA BANCÁRIA DE TERCEIROS AO IMPUGNANTE (JULIANA SABINO BONAFINI)

IV.II. DA NECESSÁRIA DESCARACTERIZAÇÃO DA MULTA QUALIFICADA.

IV.III. DA NÃO INCIDÊNCIA DE JUROS SOBRE A MULTA DE OFÍCIO

V. DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto, requer que a presente impugnação seja recebida, acolhida e provida a fim de:

PRELIMINARMENTE

a) **DECLARAR** nulo todo o procedimento fiscal e, por consequência, todo o lançamento tributário, devido a configuração de vício insanável pela ausência de notificação do impugnante quanto a prorrogação do prazo para sua conclusão, nos termos do tópico III.I;

b) **DECLARAR** nulo o auto de infração porquanto a expedição de RMF em que se respalda a apuração de omissão de receitas é ilegal na medida em que não se observou os requisitos legais, nos termos do tópico III.II;

Superadas as preliminares, no **MÉRITO**

c) **DECLARAR** a insubsistência do lançamento devido ao equívoco quanto às operações de empréstimos com as pessoas físicas e jurídicas descritas nos subitens do tópico IV.I.I. I e IV.I.I.II;

d) **DECLARAR** a insubsistência do lançamento em relação aos valores movimentados em conta bancária de titularidade de Juliana Sabino Bonafini, uma vez que já foram tributados em na pessoa jurídica BONA BONA BUILDING CONTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, razão pela qual deverão ser excluídos da base de cálculo do lançamento tributário face ao Autuado, nos termos do tópico IV.I.1.111.

d) **DECLARAR** a insubsistência do lançamento em relação aos valores movimentados entre as contas de Hélio e Juliana Sabino Bonafini, determinando-se sua exclusão do lançamento, conforme tópico IV.I.IV;

e) **DECLARAR** o direito do impugnante à descaracterização da multa qualificada porquanto inexistente qualquer ato de conluio, fraude ou sonegação, configurando-se mera omissão de receitas, nos termos do tópico IV.II;

f) **DECLARAR** o direito do impugnante a ter cancelada a incidência de juros sobre multa de ofício uma vez que inexiste previsão legal para tal cobrança, nos termos do tópico IV.III;

(...)

Da Decisão da DRJ

A 1ª Turma da DRJ/FOR, em sessão de 18/04/2019, no acórdão nº 08-46.478, julgou a impugnação improcedente (fls. 1.116/1.163), conforme ementa abaixo reproduzida (fls. 1.116/1.117):

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

Ano-calendário: 2013, 2014, 2015

DA NULIDADE DO TDPF POR AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO DE SUA PRORROGAÇÃO. REJEIÇÃO DA PRELIMINAR.

A extinção do TDPF, segundo a Portaria RFB nº 6.478/2018, pelo decurso dos prazos de 120 dias, no caso de procedimento de fiscalização e de 60 dias, no caso de diligência, podem ser prorrogados, sem prejuízo da continuidade do procedimento fiscal, pois conforme os termos do art. 13, não há nulidade dos atos praticados, bem como pode ser expedido novo TDPF para a conclusão do procedimento fiscal.

NULIDADE DO PROCEDIMENTO FISCAL POR INOBSERVÂNCIA AOS REQUISITOS LEGAIS PARA EXPEDIÇÃO DA RMF - REQUISIÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA. REJEIÇÃO DA PRELIMINAR.

Não procede a argumentação do contribuinte quando verifica-se que na RMF estão presentes todos os requisitos apontados pelo Decreto nº 3.724/2001. Observa-se que na RMF constam documentos encaminhados às instituições financeiras com um relato pormenorizado das razões que fundamentam que a medida se torna necessária, inclusive, com informações prestadas pelo próprio contribuinte narrando sua dificuldade em obter os extratos bancários das instituições financeiras.

OMISSÃO DE RENDIMENTOS. DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA. DEPÓSITOS BANCÁRIOS NA CONTA DE INTERPOSTA PESSOA. DEPÓSITOS BANCÁRIOS EM CONTAS PRÓPRIAS.

A legislação vigente autoriza a presunção de omissão de rendimentos com base nos valores depositados em conta bancária para os quais o sujeito passivo titular, regularmente intimado, não comprova, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos.

OMISSÃO DE RENDIMENTOS RECEBIDOS POR TRABALHO ASSALARIADO E SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO.

Prevalece o lançamento de ofício de rendimentos do trabalho recebidos de pessoas jurídicas, quando não oferecidos à tributação na Declaração de Ajuste Anual.

MULTA QUALIFICADA (150%).

É cabível a aplicação da multa qualificada quando restar comprovado o intento doloso do contribuinte de reduzir indevidamente sua base de cálculo, a fim de se eximir do imposto devido.

JUROS MORATÓRIOS - TAXA SELIC

Os tributos e contribuições sociais não pagos até o seu vencimento, com fatos geradores ocorridos a partir de 01/01/1995, serão acrescidos, desde o seu vencimento, na via administrativa ou judicial, de juros de mora equivalentes à taxa referencial do SELIC para títulos federais.

DECISÕES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS. DOUTRINA. EFEITOS.

As decisões judiciais, a exceção daquelas proferidas pelo STF sobre a inconstitucionalidade de normas legais, e as administrativas não têm caráter de norma geral, razão pela qual seus julgados não se aproveitam em relação a qualquer outra ocorrência senão àquela, objeto da decisão e a mais respeitável doutrina, ainda que dos mais consagrados tributaristas, não pode ser oposta ao texto explícito do direito positivo.

As decisões administrativas, mesmo as proferidas por Conselhos de Contribuintes, e as judiciais, à exceção das decisões do STF sobre inconstitucionalidade da legislação e daquelas objeto de Súmula vinculante, nos termos da Lei nº 11.417 de 19 de dezembro de 2006, não se constituem em normas gerais, razão pela qual seus julgados não se aproveitam em relação a qualquer outra ocorrência, senão àquela objeto da decisão.

A doutrina transcrita não pode ser oposta ao texto explícito do direito positivo, mormente em se tratando do direito tributário brasileiro, por sua estrita subordinação à legalidade.

Impugnação Improcedente

Crédito Tributário Mantido

Do Recurso Voluntário

Devidamente cientificado da decisão da DRJ em 23/10/2019 (AR de fl. 1.170), o contribuinte interpôs recurso voluntário em 21/11/2019 (fls. 1.173/1.224), acompanhado de documentos (fls. 1.225/1.227), reiterando os mesmos argumentos da impugnação, sintetizados nos tópicos abaixo:

I. DOS FATOS.**II. DA TEMPESTIVIDADE****III. PRELIMINARMENTE****III.I. DA NULIDADE DO TDPF POR AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO DE SUA PRORROGAÇÃO****III.II. DA NULIDADE DO PROCEDIMENTO FISCAL POR INOBSERVÂNCIA AOS REQUISITOS LEGAIS PARA EXPEDIÇÃO DA RMF — REQUISICÃO DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA****III.III. DA NULIDADE DO LANÇAMENTO — ERRO MATERIAL**

IV. DO MÉRITO

IV.I. DA INSUBSISTÊNCIA DO LANÇAMENTO POR OMISSÃO DE RECEITAS QUANTO A MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

IV.II. DA CONFUSÃO PATRIMONIAL HAVIDA ENTRE O CONTRIBUINTE E A EMPRESA A.J. CARVALHO CONSTRUÇÕES

IV.III. DAS COMPROVAÇÕES DE OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS

IV.III. I. OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS NO ANO CALENDÁRIO DE 2013

a) Da comprovação dos empréstimos com A. J. CARVALHO CONSTRUÇÃO

b) LAURO PICOLO

c) DA COMPROVAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MARIA DE LOURDES ROSA FARIA

IV.III. II. OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS NO ANO CALENDÁRIO DE 2014

a) PAULO ROBERTO CEREZINE

IV.III.III. DAS OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS NO ANO CALENDÁRIO DE 2015

i) MARIOTTO ADM. DE BENS LTDA ME

ii) DA COMPROVAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE VALDINEI APARECIDO ZAMPOLO

iii) DA COMPROVAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE BONA BONA BULDING CONTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA

IV.IV. DOS RECEBIMENTOS DA EMPRESA BONA BONA BULDING CONTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA DEPOSITADOS EM CONTA BANCÁRIA DE JULIANA SABINO BONAFINI — TRIBUTAÇÃO NO CAIXA DA PESSOA JURÍDICA

IV.V. DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA EM CONTA BANCÁRIA DE TERCEIROS AO RECORRENTE (JULIANA SABINO BONAFINI)

IV.VI. DA NECESSÁRIA DESCARACTERIZAÇÃO DA MULTA QUALIFICADA

IV.V. DA NÃO INCIDÊNCIA DE JUROS SOBRE A MULTA DE OFÍCIO

V. DOS PEDIDOS

Diante do acima exposto, requer dignem-se Vossas Senhorias em receber o presente Recurso Voluntário para no mérito dar-lhe integral provimento a fim de:

PRELIMINARMENTE

a) Reformar o R. Acórdão, para **DECLARAR** nulo todo o procedimento fiscal e, por consequência, todo o lançamento tributário, devido a configuração de vício insanável pela ausência de notificação do Recorrente quanto a prorrogação do prazo para sua conclusão;

b) Reformar o R. Acórdão, para **DECLARAR** nulo o auto de infração porquanto a expedição de RMF em que se respalda a apuração de omissão de receitas é ilegal na medida em que não se observou os requisitos legais;

c) Reformar o R. Acórdão, para **DECLARAR** nulo o lançamento tributário, face ao vício material decorrente do erro de interpretação no que concerne ao critério material da obrigação tributária, ou seja, quanto ao fato gerador;

Superadas as preliminares, no **MÉRITO**

c) Reformar o R. Acórdão, para **DECLARAR** a insubsistência do lançamento quanto às operações de empréstimo com as pessoas físicas elencadas na autuação, posto que não se trata de receita ou valores auferidos pelo Recorrente;

d) Reformar o R. Acórdão, para **DECLARAR** a insubsistência do lançamento quanto as operações comprovadas de empréstimo da empresa A J CARVALHO CONSTRUÇÃO;

e) Reformar o R. Acórdão, para **DECLARAR** a insubsistência do lançamento quanto as operações comprovadas de empréstimo da empresa MARIOTTO ADMINISTRADORA DE BENS LTDA;

f) Reformar o R. Acórdão, para **DECLARAR** a insubsistência do lançamento em relação aos valores movimentados em conta bancária de titularidade de Juliana Sabino Bonafini, uma vez que já foram tributados em na pessoa jurídica BONA BONA BUILDING CONTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, razão pela qual deverão ser excluídos da base de cálculo do lançamento tributário face ao Autuado, nos termos do tópico

g) Reformar o R. Acórdão, **DECLARAR** a insubsistência do lançamento em relação aos valores movimentados entre as contas de Hélio e Juliana Sabino Bonafini, determinando-se sua exclusão do lançamento, conforme tópico IV.I.IV;

h) Reformar o R. Acórdão, acaso mantido o lançamento tributário, requer seja **DECLARADO** o direito do Recorrente à descaracterização da multa qualificada porquanto inexistente qualquer ato de conluio, fraude ou sonegação, configurando-se mera omissão de receitas;

i) Reformar o R. Acórdão, para **DECLARAR** o direito do Recorrente a ter cancelada a incidência de juros sobre multa de ofício uma vez que inexistente previsão legal para tal cobrança, nos termos do tópico IV.VI.;

(...)

O presente recurso compôs lote sorteado para esta relatora.

É o relatório.

VOTO

Conselheira **Débora Fófano dos Santos**, Relatora

DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO VOLUNTÁRIO

O recurso voluntário é tempestivo e preenche os requisitos de admissibilidade, razão pela qual deve ser conhecido.

DA DELIMITAÇÃO DO LITÍGIO INSTAURADO

Observa-se que não houve por parte do contribuinte qualquer manifestação, em sede de impugnação, em relação ao lançamento das infrações de “omissão de rendimentos recebidos por trabalho assalariado” e de “omissão de rendimentos recebidos por trabalho sem vínculo empregatício” de modo que, nos termos do disposto no artigo 17 do Decreto nº 70.235 de 1972¹, tais matérias estão fora do litígio e o crédito tributário a elas relativo restou consolidado no âmbito administrativo.

PRELIMINARES

Em sede de preliminares o Recorrente arguiu a nulidade do: (i) TDPF por ausência de notificação de sua prorrogação; (ii) procedimento fiscal por inobservância aos requisitos legais para expedição da Requisição de Movimentação Financeira (RMF) e (iii) lançamento por erro material.

No âmbito do processo administrativo fiscal são tidos como nulos os atos lavrados por pessoa incompetente ou com preterição do direito de defesa, nos termos do artigo 59 do Decreto nº 70.235 de 1972:

Art. 59. São nulos:

I - os atos e termos lavrados por pessoa incompetente;

II - os despachos e decisões proferidos por autoridade incompetente ou com preterição do direito de defesa.

§ 1º A nulidade de qualquer ato só prejudica os posteriores que dele diretamente dependam ou sejam consequência.

§ 2º Na declaração de nulidade, a autoridade dirá os atos alcançados, e determinará as providências necessárias ao prosseguimento ou solução do processo.

§ 3º Quando puder decidir do mérito a favor do sujeito passivo a quem aproveitaria a declaração de nulidade, a autoridade julgadora não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta. (Redação dada pela Lei nº 8.748, de 1993)

No curso da fiscalização desenvolvida foi oportunizado ao contribuinte a apresentação de informações e de documentos necessários para esclarecer e comprovar as

¹ **DECRETO Nº 70.235, DE 6 DE MARÇO DE 1972.** Dispõe sobre o processo administrativo fiscal, e dá outras providências.

Art. 17. Considerar-se-á não impugnada a matéria que não tenha sido expressamente contestada pelo impugnante. (Redação dada pela Lei nº 9.532, de 1997) (Produção de efeito)
(...)

inconsistências apuradas, ou seja, o Recorrente tinha ciência das matérias que foram objeto do lançamento em litígio, de modo ser seu ônus exclusivo a apresentação de elementos para contrapor o lançamento realizado.

Por sua vez, a autoridade julgadora de primeira instância apresentou de forma clara e precisa, a partir dos argumentos apresentados pelo contribuinte, os motivos pelos quais concluiu pela improcedência da impugnação e consequente manutenção do crédito exigido por meio do auto de infração, não restando configurada a ocorrência de cerceamento de defesa.

Desse modo, não há como ser acolhido o pedido do Recorrente para que seja reconhecida a nulidade do lançamento e do acórdão recorrido por preterição do direito de defesa, ante a não configuração das situações previstas no artigo 59 do Decreto 70.235 de 1972, como se verá a seguir.

Da Nulidade do TDPF por Ausência de Notificação de sua Prorrogação.

O Recorrente insurge-se alegando a necessidade de revisão do acórdão tendo em vista o fato de que todo o lançamento tributário é nulo, pois não teria sido devidamente notificado e tampouco consta dos autos instrumento de prorrogação do Termo de Início do Procedimento Fiscal.

A autoridade julgadora de primeira instância rechaçou tal argumento sob os seguintes fundamentos (fls. 1.124/1.125):

(...)

Em relação às alegações de irregularidades no Termo de Distribuição de Procedimento Fiscal (TDPF), não tem como prosperar. Pois, primeiramente, cumpre esclarecer que o controle administrativo dos procedimentos fiscais foi efetuado com nos Termos de Distribuição de Procedimento Fiscal (TDPF nº 0910200.2016-01271-3 e nº 0910200.2018 00275-8.), conforme previsto na Portaria RFB nº 1.687/2014 revogada pela Portaria RFB nº 6.478/2018.

Trata-se, em verdade, de instrumento interno que tem por escopo o planejamento e o controle dos procedimentos fiscais relativos aos tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, visando permitir ao sujeito passivo assegurar-se da autenticidade da ação fiscal.

Desta forma, o eventual descumprimento de suas normas de controle não retira qualquer atributo do ato administrativo do lançamento, que é estabelecido por lei.

Destaca-se que o TDPF é emitido exclusivamente na forma eletrônica sendo passível de verificação, pelo contribuinte fiscalizado, junto ao sítio da Receita Federal na internet, mediante a utilização do código de acesso fornecido no início do procedimento fiscal (art. 4º, §3º da revogada Portaria RFB nº 1.687/2014 e disciplinada pela atual art. 4º, §3º da Portaria RFB nº 6.478/2018).

No caso em tela, o contribuinte foi devidamente informado, por meio do Termo de Início do Procedimento Fiscal, do código de acesso necessário à verificação do TDPF, de modo que lhe foi permitido verificar todas as informações relativas ao procedimento fiscal e suas alterações e prorrogações, mediante consulta realizada no sítio da Receita Federal do Brasil na internet (www.receita.fazenda.gov.br).

Cumprе destacar, ademais, que inexistе previsão legal de que o contribuinte seja cientificado das alterações no TDPF. Nesse sentido, dispõe o artigo 9º da Portaria RFB nº 6.478/2018:

Art. 9º As alterações no procedimento fiscal decorrentes de prorrogação de prazo, inclusão, exclusão ou substituição do Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil responsável pela sua execução ou supervisão bem como as relativas ao exame dos tributos e período de apuração, excetuados os casos que se enquadrem na hipótese prevista no art. 8º, serão procedidas mediante registro eletrônico no próprio TDPF, conforme modelo aprovado por esta Portaria.

O procedimento fiscal foi encerrado dentro do prazo de validade e assinado por autoridade competente.

Assim, uma vez que todos os atos que ampararam a ação fiscal ocorreram em conformidade com as disposições normativas da Secretaria da Receita Federal do Brasil, e tendo a ação fiscal sido conduzida por servidor competente, em obediência aos requisitos do Decreto nº 70.235/1972, e inexistindo prejuízo à defesa, não se há de falar em nulidade do auto de infração.

Cabe ressaltar que existem prazos para os procedimentos fiscais serem executados conforme art. 11 da Portaria RFB nº 6.478/2018, podendo ser prorrogados:

Art. 11. Os procedimentos fiscais deverão ser executados nos seguintes prazos:

I - 120 (cento e vinte) dias, no caso de procedimento de fiscalização; e II - 60 (sessenta) dias, no caso de procedimento fiscal de diligência.

§ 1º Os prazos de que trata o caput poderão ser prorrogados até a efetiva conclusão do procedimento fiscal e serão contínuos, excluindo-se da sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento, conforme os termos do art. 5º do Decreto nº 70.235, de 1972.

Ressalte-se que o TDPF extingue-se conforme disposição do art. 12 da Portaria RFB nº 6.478/2018. Sendo que sua extinção não implica nulidade dos atos praticados podendo ser expedido novo TDPF para conclusão do procedimento fiscal segundo art. 13 da mesma portaria:

Art. 12. O TDPF extingue-se:

I - pela conclusão do procedimento fiscal, registrado em termo próprio, com a ciência do sujeito passivo; ou

II - pelo decurso dos prazos a que se refere o art. 11, sem prejuízo da continuidade do procedimento fiscal, conforme os termos do art. 13.

Art. 13. A extinção de que trata o inciso II do art. 12 não implica nulidade dos atos praticados, podendo ser expedido novo TDPF para a conclusão do procedimento fiscal.

Considerando que o controle administrativo dos procedimentos fiscais foi efetuado com nos Termos de Distribuição de Procedimento Fiscal (TDPF) de nº 0910200.2016-01271-3 e nº 0910200.2018-00275-8, conforme previsto na Portaria RFB nº 1.687/2014 (revogada) e pela atual Portaria RFB nº 6.478/2018; considerando que o contribuinte foi intimado para apresentar explicações em vários Termos de Intimação Fiscal (nº 1 ao nº 7); considerando que o Auto de Infração foi lavrado por Auditor-Fiscal da Receita Federal, servidor competente para efetuar o lançamento, perfeitamente identificado pelo nome, matrícula e assinatura em todos os atos emitidos pelo mesmo, no decorrer do procedimento fiscal, conforme designação pelo Termo de Distribuição de Procedimento Fiscal; considerando que o lançamento impugnado contém todos os requisitos estabelecidos nos dispositivos legais, e encontra-se devidamente motivado com a descrição do fato gerador e o respectivo enquadramento legal, de forma clara e precisa, permitindo ao impugnante verificar os valores lançados, compreender os fundamentos, e contestá-los; resta rejeitar tal alegação de nulidade.

(...)

Como visto da reprodução acima, o TDPF não constitui ato essencial à validade do procedimento fiscal, representando mero instrumento de controle interno. Trata-se de ato administrativo de natureza discricionária de controle e planejamento da atividade fiscal e de informação ao contribuinte, sendo que eventuais incorreções ou omissões não geram nulidades no âmbito do processo administrativo fiscal e nem contaminam os lançamentos decorrentes da ação fiscal. Esse é o entendimento já pacificado no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), objeto da Súmula CARF nº 171 de observância obrigatória por parte dos membros do colegiado, nos termos a seguir:

Súmula CARF nº 171

Aprovada pelo Pleno em sessão de 06/08/2021 – vigência em 16/08/2021

Irregularidade na emissão, alteração ou prorrogação do MPF não acarreta a nulidade do lançamento. (Vinculante, conforme **Portaria ME nº 12.975**, de 10/11/2021, DOU de 11/11/2021).

Em vista dessas considerações, como não ficou demonstrado nos autos que houve prejuízo para a defesa do contribuinte não há que se alegar nulidade do lançamento.

Da Nulidade do Procedimento Fiscal por Inobservância aos Requisitos Legais para Expedição da Requisição de Movimentação Financeira (RMF).

O Recorrente insurgiu-se alegando que, para que a expedição da RMF seja possível, é necessário que a autoridade fazendária fundamente a indispensabilidade da medida e, ainda, não só isso, deve comprová-la por relatório circunstanciado no qual "deverá constar a motivação da proposta de expedição da RMF, que demonstre, com precisão e clareza, tratar-se de situação enquadrada em hipótese de indispensabilidade (...), observado o princípio da razoabilidade".

Defende que tais requisitos não foram observados no presente procedimento fiscal, ou seja, não há nos autos relatório circunstanciado que demonstre de forma clara e precisa tratar-se de situação de indispensabilidade, devendo o acórdão ser reformado, para ser declarada a nulidade integral do presente lançamento, posto que a expedição de RMF em questão é ilegal e abusiva.

Os procedimentos para obtenção dos dados de movimentação financeira pelo fisco estão dispostos no Decreto nº 3.724 de 2001, com as alterações na redação dadas pelo Decreto nº 6.104 de 2007 e pelo Decreto nº 8.303 de 2014.

Em relação aos critérios adotados pela fiscalização para enquadrar o presente caso às hipóteses de indispensabilidade do exame das informações bancárias, previstas no artigo 3º do Decreto nº 3.724 de 2001, observa-se que a autoridade fiscal justificou a necessidade de requisitar as informações bancárias em virtude da hipótese mencionada no inciso XI², após vencido o prazo adicional concedido ao contribuinte para a apresentação dos documentos solicitados (fls. 194/195), de modo não haver qualquer irregularidade capaz de ensejar a nulidade arguida pelo Recorrente.

Ademais, tal argumento já foi apresentado por ocasião da impugnação e foi devidamente analisado pela autoridade julgadora de primeira instância, que rejeitou a alegação de nulidade, fundamentada no fato de que os requisitos estabelecidos nos atos normativos que regem a matéria foram devidamente observados pela autoridade lançadora, não merecendo qualquer reparo, devendo ser mantido pelos seus próprios fundamentos, constantes no excerto abaixo reproduzido (fl. 1.128):

(...)

Analisando a Solicitação de Emissão de Requisição de Informação sobre Movimentação Financeira (RMF) de fls. 196/206, não procede a argumentação do impugnante, pois pode-se verificar que existem todos os requisitos apontados

² **DECRETO Nº 3.724, DE 10 DE JANEIRO DE 2001.** Regulamenta o art. 6º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, relativamente à requisição, acesso e uso, pela Secretaria da Receita Federal, de informações referentes a operações e serviços das instituições financeiras e das entidades a elas equiparadas.

Art. 3º Os exames referidos no § 5º do art. 2º somente serão considerados indispensáveis nas seguintes hipóteses: (Redação dada pelo Decreto nº 6.104, de 2007).

(...)

~~XI - presença de indício de que o titular de direito é interposta pessoa do titular de fato.~~

XI - presença de indício de que o titular de direito é interposta pessoa do titular de fato; e (Redação dada pelo Decreto nº 8.303, de 2014)

(...)

pelo citado Decreto nº 3.724/2001. Cabe ressaltar que consta nos documentos encaminhados às instituições financeiras um relato pormenorizado das razões e fundamentos que motivam a necessidade da medida (fls. 197/198).

Destaque-se ainda que tal medida (RMF), inclusive, foi fundamentada nas informações prestadas pelo próprio impugnante em fls. 194/195, onde narra sua dificuldade em obter os extratos bancários das instituições financeiras.

Em sendo assim, considerando que foram cumpridos os requisitos do Decreto nº 3.724/2001 pela Autoridade Fiscal, resta rejeitar tal alegação de nulidade.

(...)

Do exposto, nada a prover.

Da Nulidade do Lançamento — Erro Material.

O Recorrente suscita a ocorrência de nulidade material do lançamento em razão do AFRFB, no período fiscalizado, não ter considerado operações correspondentes a operações de empréstimos tomadas pelo contribuinte junto a diversas pessoas físicas e jurídicas, considerando-as como de "origem não comprovada" e as incluiu na base de cálculo do IRPF lançado, à título de omissão de receitas.

Alega que a DRJ dispõe que há inconsistência em relação aos empréstimos face a ausência de recolhimento de IOF.

Afirma que a responsabilidade pelo recolhimento de IOF seria da pessoa jurídica que concedeu o empréstimo (p. ex. a Empresa A. J. Carvalho), conforme artigo 5º, inciso III do RIOF/2007, de modo haver total ilegitimidade passiva do contribuinte em relação à tal tributo.

Relata que o erro na interpretação no que concerne ao critério material da obrigação tributária, ou seja, quanto ao fato gerador, gera um lançamento nulo por vício matéria, motivo pelo qual deverá ser declarada a sua nulidade.

Não assiste razão ao Recorrente tais afirmações tendo em vista que tanto a fiscalização como a DRJ fundamentaram adequadamente os motivos ensejadores do não acolhimento da justificativa do contribuinte acerca de serem provenientes de empréstimos tomados junto a fornecedores de serviços prestados à prefeitura de Alvorada do Sul, dentre eles a empresa A J Construções, os valores depositados em contas correntes de sua titularidade. Dentre esses motivos destacam-se: (i) contradição do próprio contribuinte sobre os empréstimos, onde ora figura como credor, ora como devedor da empresa; (ii) utilização de conta de terceira pessoa (filha Juliana) para movimentação financeira, conforme confessado por ele e filha; (iii) a prefeitura de Alvorada do Sul informou que o vínculo existente é com um único serviço prestado pela empresa A J Carvalho Construções, todavia o valor pago em cheques foi depositado em conta do sr. Hélio; (iv) apesar de significativos os valores tomados como empréstimos junto a terceiros, eles não foram contabilizados corretamente pelas empresas; (v) não foi apresentada a Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS) da empresa (ano de 2013); (vi) a empresa AJ

Construções não apresentou documentos comprovando esses empréstimos, nem livro caixa ou equivalente, nem contrato de empréstimo; (vii) os demais fornecedores de serviços para a Prefeitura de Alvorada do Sul também não guardam nenhum vínculo com o contribuinte e (viii) por fim, como reforço argumentativo, como se tratam de supostos empréstimos contraídos junto a empresas, deveria ter sido providenciado o recolhimento do IOF.

O artigo 13 da Lei nº 9.779 de 1999³ estabelece que as operações de crédito correspondentes a mútuo de recursos financeiros entre pessoas jurídicas ou entre pessoa jurídica e pessoa física sujeitam-se à incidência do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF) segundo as mesmas normas aplicáveis às operações de financiamento e empréstimos praticadas pelas instituições financeiras:

Art. 13. As operações de crédito correspondentes a mútuo de recursos financeiros entre pessoas jurídicas ou entre pessoa jurídica e pessoa física sujeitam-se à incidência do IOF segundo as mesmas normas aplicáveis às operações de financiamento e empréstimos praticadas pelas instituições financeiras.

§ 1º Considera-se ocorrido o fato gerador do IOF, na hipótese deste artigo, na data da concessão do crédito.

§ 2º Responsável pela cobrança e recolhimento do IOF de que trata este artigo é a pessoa jurídica que conceder o crédito.

§ 3º O imposto cobrado na hipótese deste artigo deverá ser recolhido até o terceiro dia útil da semana subsequente à da ocorrência do fato gerador.

Por sua vez, os artigos 4º e 5º do Decreto nº 6.306 de 2007⁴ informam quem são os contribuintes do IOF e os responsáveis pela sua cobrança:

CAPÍTULO II

DOS CONTRIBUINTES E DOS RESPONSÁVEIS

Dos Contribuintes

Art. 4º Contribuintes do IOF são as pessoas físicas ou jurídicas tomadoras de crédito (Lei nº 8.894, de 1994, art. 3º, inciso I, e Lei nº 9.532, de 1997, art. 58).

³ **LEI Nº 9.779, DE 19 DE JANEIRO DE 1999.** Altera a legislação do Imposto sobre a Renda, relativamente à tributação dos Fundos de Investimento Imobiliário e dos rendimentos auferidos em aplicação ou operação financeira de renda fixa ou variável, ao Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, à incidência sobre rendimentos de beneficiários no exterior, bem assim a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, relativamente ao aproveitamento de créditos e à equiparação de atacadista a estabelecimento industrial, do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou Relativas a Títulos e Valores Mobiliários - IOF, relativamente às operações de mútuo, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, relativamente às despesas financeiras, e dá outras providências.

⁴ **DECRETO Nº 6.306, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2007.** Regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.

Parágrafo único. No caso de alienação de direitos creditórios resultantes de vendas a prazo a empresas de *factoring*, contribuinte é o alienante pessoa física ou jurídica.

Dos Responsáveis

Art. 5º São responsáveis pela cobrança do IOF e pelo seu recolhimento ao Tesouro Nacional:

I - as instituições financeiras que efetuem operações de crédito (Decreto-Lei nº 1.783, de 1980, art. 3º, inciso I);

II - as empresas de *factoring* adquirentes do direito creditório, nas hipóteses da alínea "b" do inciso I do art. 2º (Lei nº 9.532, de 1997, art. 58, § 1º);

III - a pessoa jurídica que conceder o crédito, nas operações de crédito correspondentes a mútuo de recursos financeiros (Lei nº 9.779, de 1999, art. 13, § 2º).

Do exposto, não há qualquer nulidade material a ser reconhecida, tanto do lançamento como do acórdão recorrido, pautando-se a insatisfação do contribuinte exclusivamente no fato de não ter sido acolhida a justificativa, desacompanhada de qualquer elemento comprobatório, acerca de ser proveniente de empréstimos tomados junto a terceiros a movimentação de recursos ocorrida em contas correntes de sua titularidade, não se desincumbindo assim do ônus probatório que era exclusivamente seu.

Destaque-se que a fundamentação acerca da necessidade de recolhimento de IOF nas operações de crédito correspondentes a mútuo de recursos financeiros realizadas entre pessoas jurídicas ou entre pessoa jurídica e física é baseada em determinação legal e normativa.

Em vista dessas considerações, rejeita-se a preliminar de nulidade material arguida pelo Recorrente.

MÉRITO

As questões meritórias aventadas pelo Recorrente no recurso voluntário dizem respeito às seguintes matérias:

Do Lançamento por Omissão de Receitas quanto à Movimentação Financeira.

A infração de omissão de rendimentos caracterizada por valores creditados nas contas de titularidade do contribuinte, decorreu do fato de, regularmente intimado, não ter comprovado mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações. Tal disposição está expressa no artigo 42 da Lei nº 9.430 de 27 de dezembro de 1996:

Depósitos Bancários

Art. 42. Caracterizam-se também omissão de receita ou de rendimento os valores creditados em conta de depósito ou de investimento mantida junto a instituição financeira, em relação aos quais o titular, pessoa física ou jurídica, regularmente

intimado, não comprove, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações.

§ 1º O valor das receitas ou dos rendimentos omitido será considerado auferido ou recebido no mês do crédito efetuado pela instituição financeira.

§ 2º Os valores cuja origem houver sido comprovada, que não houverem sido computados na base de cálculo dos impostos e contribuições a que estiverem sujeitos, submeter-se-ão às normas de tributação específicas, previstas na legislação vigente à época em que auferidos ou recebidos.

§ 3º Para efeito de determinação da receita omitida, os créditos serão analisados individualizadamente, observado que não serão considerados:

I - os decorrentes de transferências de outras contas da própria pessoa física ou jurídica;

II - no caso de pessoa física, sem prejuízo do disposto no inciso anterior, os de valor individual igual ou inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais), desde que o seu somatório, dentro do ano-calendário, não ultrapasse o valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais). (Vide Medida Provisória nº 1.563-7, de 1997) (Vide Lei nº 9.481, de 1997)

§ 4º Tratando-se de pessoa física, os rendimentos omitidos serão tributados no mês em que considerados recebidos, com base na tabela progressiva vigente à época em que tenha sido efetuado o crédito pela instituição financeira.

§ 5º Quando provado que os valores creditados na conta de depósito ou de investimento pertencem a terceiro, evidenciando interposição de pessoa, a determinação dos rendimentos ou receitas será efetuada em relação ao terceiro, na condição de efetivo titular da conta de depósito ou de investimento. (Redação dada pela Lei nº 10.637, de 2002)

§ 6º Na hipótese de contas de depósito ou de investimento mantidas em conjunto, cuja declaração de rendimentos ou de informações dos titulares tenham sido apresentadas em separado, e não havendo comprovação da origem dos recursos nos termos deste artigo, o valor dos rendimentos ou receitas será imputado a cada titular mediante divisão entre o total dos rendimentos ou receitas pela quantidade de titulares. (Redação dada pela Lei nº 10.637, de 2002)

Vale lembrar que a Lei nº 9.430 de 1996 revogou o § 5º do artigo 6º da Lei nº 8.021 de 12 de abril de 1990, abaixo reproduzido, que exigia a prévia demonstração de sinais exteriores de riqueza pelo agente fiscal para o lançamento de ofício com base na renda presumida decorrente de depósitos ou aplicações realizadas junto a instituições financeiras:

Art. 6º O lançamento de ofício, além dos casos já especificados em lei, far-se-á arbitrando-se os rendimentos com base na renda presumida, mediante utilização dos sinais exteriores de riqueza. (...)

§ 5º O arbitramento poderá ainda ser efetuado com base em depósitos ou aplicações realizadas junto a instituições financeiras, quando o contribuinte não comprovar a origem dos recursos utilizados nessas operações.

(...)

Com o advento do artigo 42 da Lei nº 9.430 de 1996, o agente fazendário ficou dispensado de demonstrar, a partir dos fatos geradores do ano de 1997, a existência de sinais exteriores de riqueza ou acréscimo patrimonial incompatível com os rendimentos declarados pelo contribuinte. Os extratos bancários possuem força probatória, recaiando o ônus de comprovar a origem dos depósitos sobre o contribuinte, por meio de documentação hábil e idônea, sob pena de presumir-se rendimentos tributáveis omitidos em seu nome. Nessa linha de entendimento, o enunciado sumulado nº 26 deste Tribunal Administrativo:

Súmula CARF nº 26

Aprovada pelo Pleno em 08/12/2009

A presunção estabelecida no art. 42 da Lei nº 9.430/96 dispensa o Fisco de comprovar o consumo da renda representada pelos depósitos bancários sem origem comprovada. (Vinculante, conforme Portaria MF nº 277, de 07/06/2018, DOU de 08/06/2018).

Do exposto, por definição legal, a omissão de rendimentos caracterizada por valores creditados em conta de depósito ou de investimento mantida junto a instituição financeira, em relação aos quais o titular, pessoa física ou jurídica, regularmente intimado, não comprova, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações constitui-se em fato gerador do imposto de renda, nos termos do disposto no artigo 43 da Lei nº 5.172 de 1966 (Código Tributário Nacional)⁵.

Logo, não há qualquer ilegalidade a utilização de valores depositados em conta do contribuinte fiscalizado, quando regularmente intimado, deixa de comprovar a origem de tais recursos.

Nos termos do § 3º do artigo 42 da Lei nº 9.430 de 1996 é ônus do contribuinte para elidir a tributação, a comprovação individualizada, mediante documentação hábil e idônea, da origem dos recursos depositados nas contas, o que não aconteceu no presente caso.

⁵ **LEI Nº 5.172 DE 25 DE OUTUBRO DE 1966.** Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

Art. 43. O imposto, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica:

I - de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos;

II - de proventos de qualquer natureza, assim entendidos os acréscimos patrimoniais não compreendidos no inciso anterior.

§ 1º A incidência do imposto independe da denominação da receita ou do rendimento, da localização, condição jurídica ou nacionalidade da fonte, da origem e da forma de percepção. (Incluído pela Lcp nº 104, de 2001)

§ 2º Na hipótese de receita ou de rendimento oriundos do exterior, a lei estabelecerá as condições e o momento em que se dará sua disponibilidade, para fins de incidência do imposto referido neste artigo. (Incluído pela Lcp nº 104, de 2001)

Pela pertinência, convém trazer à colação o teor da Súmula CARF nº 239:

SÚMULA CARF Nº 239

Aprovada pelo Pleno da CSRF em sessão de 04/11/2025 – vigência em 10/11/2025

Para elidir a presunção contida no art. 42 da Lei nº 9.430/1996, não é suficiente a identificação do depositante.

No caso em análise, o contribuinte tenta justificar que a origem dos recursos movimentados em contas correntes de sua titularidade era decorrente: (i) da existência de confusão patrimonial entre o contribuinte e a pessoa jurídica A. J. Carvalho (CNPJ 14.XXX.XXX.0001-24), que muitas vezes acordaram contratos de mútuos, sendo que o Recorrente realizava empréstimos junto à empresa mencionada, ou a pessoa jurídica A. J. Carvalho junto ao sr. Hélio Bonafini e, oportunamente, tais valores eram depositados em contas de ambos para o pagamento deles e (ii) de operações de empréstimos entre o contribuinte e as seguintes pessoas físicas e jurídicas: a) A J de Carvalho Construção (R\$ 226.000,00); b) Lauro Picoto (R\$ 25.000,00); c) Maria de Lourdes Rosa Faria (R\$ 15.000,00); d) Paulo Roberto Cerezine (R\$ 14.000,00); e) Mariotto Administradora de Bens Ltda (R\$ 160.000,00); f) Valdinei Aparecido Zampolo (R\$ 11.500,00) e g) Bona Bana Bulding (R\$ 260.000,00).

A alegação do Recorrente de ter havido confusão patrimonial com a empresa A J de Carvalho Construção, na tentativa de justificar a origem de valores depositados em contas correntes de sua titularidade como sendo provenientes de contratos de mútuos firmados entre ambos não se sustenta, pelos motivos a seguir elencados pela fiscalização (fls. 965/966 e 975):

(...)

7.2.1 – Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul e A J de Carvalho (fls. 576/593)

Nas planilhas apresentadas pelo BB nota-se que vários créditos decorrem de cheques da Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul. Realizou-se diligência naquele órgão, que informou que estes cheques foram passados a terceiros para pagamento de serviços (fls. 585/593).

A empresa A J Carvalho foi intimada a apresentar sua contabilidade e demais comprovantes de seu relacionamento com o fiscalizado e limitou-se a fazer uma declaração sobre os empréstimos (fls. 594/597).

A posteriori, o Sr. Hélio juntou em sua resposta de 17/11/2017, uma folha de suposto livro Razão da empresa A J de Carvalho – CNPJ 14.XXX.XXX/0001-24, que, em tese contabiliza “empréstimos” da titular para com Hélio Bonafini, no valor de R\$ 226.000,00 durante o ano de 2012 (fl. 537/538). Apesar do mesmo não afirmar isso, há a indicação no livro Razão de que tais “empréstimos” seriam liberados a partir do endosso de cheques emitidos pela Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul.

Em 30/11/2017 o Sr. Hélio junta correspondência informando que os valores de R\$ 15.000,00 depositado em 15/06/2012, R\$ 24.628,00 depositado em 12/07/2012, R\$ 17.362,01 depositado em 10/08/2012 e R\$ 24.500,00 depositado em 11/10/2012 são “empréstimos” (fl. 574). Como todos esses lançamentos se tratam de cheques emitidos pela Prefeitura de Alvorada do Sul para pagamento de fornecedores e depositados na conta do fiscalizado, entendemos que tal “empréstimo” seria, supostamente, tomados junto a tais fornecedores.

Alega ainda que o depósito de R\$ 20.000,00 de 13/06/2013 também se trata de “empréstimo”. Como no documento trazido pelo contribuinte – Livro Razão da empresa A J Carvalho Construção – há o lançamento de empréstimo para o Sr. Hélio, consideramos que o credor do alegado empréstimo também seja tal empresa.

Não é possível acolher a justificativa do contribuinte. Não há indícios mínimos para comprovar que tal empréstimo tenha sido contratado. Vejamos:

a) na resposta da Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul há o vínculo de um único serviço que foi prestado pela A J de Carvalho e pago com cheque que posteriormente fora depositado para o Sr. Hélio – Valor R\$ 32.628,00 (fl. 587).

b) tal “empréstimo” não consta da Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS) da empresa relativa ao ano de 2013.

c) a empresa AJ Construções, devidamente intimada, não apresentou quaisquer documentos que comprovassem tais empréstimos, inclusive livro caixa ou equivalente (fls. 594/597)

c) não há contrato de empréstimo.

d) não há recolhimento de IOF.

e) principalmente: não há o registro desses empréstimos na Declaração de Ajuste de IR Pessoa Física de Hélio Bonafini para os anos sob fiscalização (fls. 2/50).

g) os demais fornecedores de serviços para a Prefeitura de Alvorada do Sul (fls. 588 a 593) não guardam nenhuma relação com o contribuinte.

f) não há cheque da Prefeitura de Alvorada do Sul no valor de R\$ 2.000,00. Portanto, conclui-se que não restou comprovada a natureza jurídica e econômica dos créditos havidos na conta de Hélio Bonafini, provenientes de cheques emitidos pela Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul. Também não há nenhuma verossimilhança nas alegações de que os créditos têm como origem a empresa A J Carvalho e que sua natureza seria de “empréstimo”. Manteve-se a tributação.

(...)

7.3.4.6 - Recebimentos de Empréstimos de AJ Carvalho Construções (fl. 777)

O Sr. Hélio alega que em 2013 recebeu R\$ 38.716,58 da empresa AJ Carvalho por conta da devolução de empréstimos concedidos pelo mesmo àquela PJ.

Tal alegação contradiz sua própria alegação de 17/11/2017. Naquela ocasião o mesmo juntou partes do livro razão da empresa AJ Construções para tentar fazer prova de que os créditos vindos de cheques da Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul haviam sido repassados pela empresa. Ora, nestas ocasiões registrou-se em empréstimo onde o Sr. Hélio era DEVEDOR.

Pois bem, agora, nesta manifestação, o mesmo tornou-se CREDOR e estaria recebendo as prestações pagas pela AJ Carvalho.

A situação em comento vem ao encontro da convicção da autoridade fiscalizadora de que as alegações de que os recursos ingressaram a título de empréstimos são inverídicas.

Os valores foram mantidos na base de cálculo.

(...)

Do exposto, cabia ao Recorrente colacionar aos autos documentos hábeis e idôneos para contrapor o lançamento efetuado, o que não o fez quando da apresentação da impugnação e na fase recursal, insistindo apenas na tese da confusão patrimonial e existência de mútuos não comprovados, não se desincumbindo, assim, do ônus probatório, de modo que não há como acolher seus argumentos, não merecendo qualquer reparo o lançamento efetuado.

O Recorrente afirma ter comprovado operações de empréstimos com diversas pessoas jurídicas e físicas para justificar a origem de depósitos em contas correntes de sua titularidade.

Alega que a comprovação se deu por meio da apresentação de contratos de empréstimos e declarações acostadas aos presentes autos e que a partir desses documentos conseguiu comprovar 93% das operações consideradas para fins de base de cálculo do IRPF como sendo de origem não comprovada. Quanto as demais operações não comprovadas mediante a juntada de contratos de empréstimos, por se tratar de acordos verbais, aduz que através dos documentos colhidos pelo próprio AFRFB é possível comprovar a efetividade de tais operações. Todos os extratos bancários comprovam a transferência de valores tomados à título de empréstimos. As informações prestadas por terceiros também confirmam a natureza de tais operações.

A fiscalização e posteriormente a decisão recorrida não acolheram tais alegações, em apertada síntese, sob os seguintes fundamentos: (i) falta de apresentação de documentação comprobatória; (ii) os empréstimos não foram informados nas declarações de ajuste anual do mutuante e mutuário no caso de empréstimos entre pessoas físicas; (iii) quando contratados com pessoas jurídicas: (a) não havia o registro da operação nos livros contábeis apresentados pelas empresa (recebimento de juros ou principal e do ajuizamento de ações de cobranças e (b) não houve recolhimento de IOF; (iv) os contratos de empréstimos não foram registrados no órgão competente e não contêm reconhecimento de firma que pudesse indicar a data correta da sua formalização, ou seja, não há qualquer indicio de que tenham sido assinados à época dos fatos; (v)

indícios evidentes de que todos os contratos apresentados apresentavam as mesmas características gráficas e semântica, denotando que foram confeccionados na mesma impressora e redigidos pela mesma pessoa, apesar de terem sido contraídos em datas diversas e assinadas por pessoas distintas; (vi) ausência de prova de quitação dos empréstimos; (vii) planilha de fluxo de pagamentos e recebimentos apresentada não tem indicação de datas e (viii) ainda que houvesse previsão da incidência de juros, não houve a cobrança dos mesmos.

Para que um empréstimo seja considerado origem de um depósito bancário faz-se necessário que esteja amparado em provas inequívocas que atestem a materialidade do mútuo e demonstrem a transferência dos recursos, ou seja, há que se comprovar a saída do numerário do patrimônio do mutuante concomitante com a entrada deste no patrimônio do mutuário, assim como a posterior quitação da operação no sentido inverso, o que não ocorreu no caso em tela.

Nos contratos de mútuo ou empréstimos, nos quais o autuada figura como mutuário/tomador, é imprescindível que se comprove tanto a efetividade do contrato quanto a entrada dos recursos correspondentes a eles. Não comprovada a relação entre esses contratos e eventuais ingressos de valores, não cabe excluí-los do lançamento de omissão de rendimentos a partir de depósitos bancários de origem não comprovada apurados pela fiscalização.

Ainda que a autoridade julgadora de primeira instância tenha apontado de forma detalhada os motivos ensejadores do não acolhimento das razões e dos documentos apresentados, não houve por parte do Recorrente, a apresentação de qualquer outro elemento capaz de elidir o lançamento realizado, limitando-se, apenas a reproduzir os mesmos argumentos que já haviam sido rechaçados.

Desse modo, em que pesem as alegações do contribuinte, todavia razão alguma lhe assiste, pois sendo seu o ônus probatório, nos termos do artigo 373 da Lei nº 13.105 de 2015, dele não se desincumbiu, quer seja no curso da fiscalização, com a impugnação e novamente com o recurso voluntário interposto.

Resta concluir-se, em face disso, que não merece reparo o acórdão recorrido.

Da Movimentação Financeira em Conta Bancária de Terceiros ao Recorrente (Juliana Sabino Bonafini). Dos Recebimentos da Empresa Bona Bona Bulding Construções e Empreendimentos Ltda Depositados em Conta Bancária de Juliana Sabino Bonafini — Tributação no Caixa da Pessoa Jurídica.

O Recorrente relata ter sido efetuado o lançamento no importe de R\$ 347.962,48, referentes à depósitos bancários na conta de Juliana Sabino Bonafini.

Em relação a conta corrente de titularidade individual da filha Juliana Sabino Bonafini, alega o Recorrente ter restado comprovado que era ele quem de fato movimentava aquela conta bancária.

Esclarece que em momento algum o fato de tais movimentações financeiras realizadas pelo autuado ocorrerem em conta bancária da própria filha, se traduz em omissão de receitas.

Assim sendo, conclui que tais valores devem ser incluídos da base de cálculo para tributação, pois está devidamente comprovado que o Recorrente é quem de fato controlava ou administrava os valores que circularam em conta bancárias de terceiros (Juliana Sabino Bonafini) durante o período fiscalizado.

Afirma que não se trata de recursos novos, mas apenas circulação/movimentação financeira, pelo que não estão sujeitos à tributação. Isto porque, as necessidades financeiras tanto de sua filha, quanto esposa, eram supridas em partes com recursos próprios e eventualmente para algumas operações dependia de auxílio autuado, que por vezes vinham na condição de "mesada" e as vezes a título de empréstimos. Tanto é verdade que a própria sra. Juliana confessa que durante a fiscalização não exerceu qualquer tipo de atividade remunerada.

Informa que parte dos valores se trata de recebimentos vinculados à empresa BONA BONA BUILDING CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, da qual a sra. Juliana Sabino Bonafini figurou no quadro societário (3ª alteração contratual — e-fls. 922).

Esclarece que os montantes percebidos pela empresa BONA BONA BUILDING CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, dos quais foram repassados à conta bancária de Juliana Sabino Bonafini, tratam-se, primeiramente, de recebimentos pelos serviços de engenharia prestados por essa pessoa jurídica, conforme já comprovado mediante a juntada dos extratos bancários às e-fls. 877 do PAF e, portanto, são rendimentos já tributados, de modo que não há o que se falar em nova tributação, sob pena de bitributação. Portanto, não podem ser novamente tributados após o repasse às contas de Juliana Sabino Bonafini, ao passo que se trata de mera distribuição/antecipação de lucros à pessoa integrante do quadro societário da empresa.

Do Relatório Fiscal extraem-se as seguintes informações (fls. 979/980):

(...)

7.4 – Da conta mantida por Juliana Sabino Bonafini

Dentro das análises de discrepâncias entre renda informada e movimentação financeira houve também o indicativo de irregularidade relativa à filha do contribuinte, Sra. Juliana Sabino Bonafini, CPF (083.XXX.XXX-80).

Em vista de tratar-se de conta corrente individual, para acesso aos dados bancários de Juliana foi necessário a abertura de procedimento fiscal específico (TDPF 09.1.02.00-2017-00074-3). Porém, a Sra. Juliana confessa que os recursos movimentados em sua conta são de responsabilidade de seu pai, Hélio Bonafini (fls. 440 a 442).

Como trata-se de conta individual, caberia tanto a Hélio, quanto a Juliana a responsabilidade de comprovação da origem e natureza dos créditos na conta mantida no Banco do Brasil. Neste sentido ambos foram regularmente intimados

para tal – vide fls. 417/422 e 517/522). No entanto nenhum dos dois apresentou dados para a identificação da origem e da natureza dos créditos havidos na conta mantida por Juliana no Banco do Brasil.

Ou seja, em relação a conta mantida por Juliana, e movimentada por conta e ordem de Hélio, não houve nenhuma justificativa ou qualquer subsídio para identificação da origem.

Ainda assim, o Sr. Hélio foi novamente intimado a manifestar-se sobre a responsabilidade por tais recursos. Foram emitidos três termos de intimação e reintimação (fls. 820/830). Finalmente, em 14/06/2018 o Sr. Hélio assume que a responsabilidade pela movimentação financeira de Juliana era sua (fl. 834):

(...)

Conforme narrado pela fiscalização, ainda que a conta corrente fosse mantida pela sra. Juliana, a responsabilidade pela movimentação era do sr. Hélio Bonafini, fato este confirmado por ambos e, motivo pelo qual, os dois foram regularmente intimados a comprovar a origem e natureza dos créditos na conta mantida no Banco do Brasil, no entanto, não houve nenhuma justificativa ou qualquer subsídio para identificação da origem.

A fiscalização informou ter excluído da conta do sr. Hélio, valores cuja origem foi a conta da sra. Juliana e os créditos na conta da sra. Juliana provenientes da conta do sr. Hélio, submetendo à tributação os demais créditos cuja origem e natureza não foi comprovada, nos termos do artigo 42, § 5º da Lei nº 9.430 de 1996.

Do exposto, tendo em vista ser ônus exclusivo dos contribuintes a comprovação da origem e natureza dos créditos depositados em conta corrente de sua titularidade (de fato e de direito), dele não se desincumbiram, uma vez que meras alegações, como o caso de serem decorrentes de distribuição de lucros e prestação de serviços pela pessoa jurídica, desacompanhadas de qualquer elemento comprobatório que as justifique, não tem o condão de afastar o lançamento em relação aos créditos na conta do Banco do Brasil de titularidade da sra. Juliana, cuja responsabilidade pela movimentação era do sr. Hélio.

Nos termos do artigo 142 do CTN:

Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo único. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

A atividade de lançamento é vinculada e obrigatória devendo ser executada conforme determinado em lei, em estrito cumprimento ao princípio da legalidade, de modo não

haver margem para qualquer discricionariedade ou liberdade de decisão por parte da autoridade lançadora sobre o que ou como agir.

É o que se observa no caso em análise, onde a autoridade fiscal, seguindo os ditames legais, considerou os valores dos créditos não justificados pelo contribuinte como omissão de rendimentos baseada no artigo 42 da Lei nº 9.430 de 1996 e em relação aos valores cuja origem foi identificada e que não foram computados na base de cálculo dos impostos e contribuições a que estavam sujeitos, submeteu-os às normas de tributação específicas, previstas na legislação vigente à época em que auferidos ou recebidos, nos termos do disposto no artigo 42, § 2º da Lei nº 9.430 de 1996.

Ainda que o contribuinte alegue, não carreu aos autos elementos comprobatórios (coincidentes em data e valores com os créditos efetuados) para afastar a presunção de omissão de rendimentos baseada em depósitos de origem não comprovada e assim elidir o lançamento realizado, uma vez ser seu o ônus exclusivo de tal comprovação individualizada, mediante a apresentação de documentação hábil e idônea, da origem dos recursos depositados nas contas, nos termos do § 3º do artigo 42 da Lei nº 9.430 de 1996.

Em vista dessas considerações, nada a prover.

Da Multa de Ofício Qualificada.

O Recorrente defende, se acaso mantido o lançamento tributário integralmente, a insubsistência da aplicação da multa qualificada em relação às operações realizadas em conta bancária da filha, alegando inexistência de qualquer ato de sonegação, fraude ou conluio entre as partes para sonegar impostos.

A aplicação da multa qualificada em relação aos rendimentos identificados por presunção legal – depósitos bancários na conta de Juliana Sabino Bonafini (interposta pessoa), foi assim justificada pela autoridade lançadora (fls. 984/985):

(...)

10 – DAS MULTAS

Os valores devidos deverão ser acrescidos de multa de ofício. Para as infrações listadas nos itens 8.1, 8.2 e 8.3 acima, a multa será de 75%, que é o menor percentual previsto na Lei, pois não há evidência de dolo específico de fraudar.

Já para a autuação listada no item 8.4 a multa será qualificada (150%), pelos fatos e legislação descritos a seguir.

Conforme demonstrado nos extratos bancários, a Sra. Juliana recebeu em suas contas correntes valores muito relevantes e seu pai declarou que a mesma não recebia nenhuma remuneração. Apesar disso, a conta corrente era individual e foi necessário a assinatura da Sra. Juliana para abertura de contratos e provavelmente para movimentação. Ou seja, Juliana sabia que o pai utilizava sua conta para receber recursos. O Sr. Hélio, por sua vez, utilizou-se da conta da filha para excluir rendimentos dos controles tributários valores próprios. Nestas ações

percebe-se a intenção de fraudar e o conluio entre as partes. Não restou dúvidas que Juliana era pessoa interposta de Hélio. São condutas comissivas e deliberadas com a finalidade sempre foi causar confusão patrimonial, dissimular dados e fugir dos controles do Fisco

A legislação pátria é clara no sentido de que as infrações cometidas com a prática constatada de sonegação, fraude ou conluio, regularmente constatada pelo Fisco, devem ser aplicadas com multas duplicadas – 150% - Art. 44, inciso I e § 1º, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, com a Redação dada pelo art.14 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007).

(...)

A autoridade julgadora de primeira instância manteve a qualificação da multa de ofício sob os seguintes fundamentos (fl. 1.155):

(...)

A autoridade lançadora, entendeu que da análise dos fatos e de toda documentação apresentada, restou evidente, inclusive sendo confessado pelo contribuinte e por sua filha ao afirmar que a movimentação financeira em conta de sua titularidade era de exclusiva responsabilidade de seu pai, restando configurado expressamente o intuito de fraudar o Fisco.

A autoridade fiscal foi bastante diligente ao aplicar a multa de 150% e expôs de forma bastante clara a motivação de tal qualificação no Termo de Procedimento Fiscal.

Esses procedimentos evidenciam consciente intuito de pagar menos tributos e enquadram-se perfeitamente à hipótese prevista na citada Lei n.º 4.502, de 30 de novembro de 1964, artigo 71, como sonegação fiscal, não havendo dúvida que enseje a aplicação do artigo 112, inciso II, do CTN. Portanto, correto o procedimento da fiscalização em aplicar a multa qualificada de 150% sobre o imposto de renda apurado, conforme disposto no art. 44, § 1º, da Lei nº 9.430/1996.

(...)

A situação apresentada nos presentes autos amolda-se perfeitamente ao disposto na Súmula CARF nº 34, abaixo reproduzida, uma vez que o sujeito passivo admite ter utilizado e ser o responsável pela movimentação de recursos ocorrida na conta corrente de titularidade de sua filha, Juliana Sabino Bonafini (interposta pessoa), sendo, portanto, correta e cabível a qualificação da multa de ofício:

Súmula CARF nº 34

Aprovada pelo Pleno em 08/12/2009

Nos lançamentos em que se apura omissão de receita ou rendimentos, decorrente de depósitos bancários de origem não comprovada, é cabível a qualificação da multa de ofício, quando constatada a movimentação de recursos

em contas bancárias de interpostas pessoas. (Vinculante, conforme Portaria MF nº 383, de 12/07/2010, DOU de 14/07/2010).

No caso em análise, ante a configuração de situação de infração cometida com a prática constatada de sonegação, fraude ou conluio pela fiscalização, a multa de ofício foi adequadamente aplicada, considerando a redação do artigo 44, inciso I e § 1º da Lei nº 9.430 de 1996, vigente à época dos fatos.

Contudo, cabe ao caso concreto, ser observada a superveniência da Lei nº 14.689 de 2023⁶, que alterou o percentual da multa qualificada, reduzindo-a ao percentual de 100%, por força da nova redação do artigo 44 da Lei nº 9.430 de 1996⁷, nos termos do artigo 106, inciso II, alínea “c” do CTN.

Da Incidência de Juros sobre a Multa de Ofício.

O Recorrente insurge-se contra a incidência de juros sobre a multa aplicada, tece considerações sobre a matéria, colaciona doutrina e jurisprudência para ao final requerer que seja determinado que não incidam juros moratórios sobre a multa de ofício, ante à ausência de autorização legal para tanto.

A questão da incidência da taxa SELIC, inclusive sobre o valor correspondente à multa de ofício, não demanda maiores considerações uma vez que se encontra pacificada na esfera administrativa, objeto das Súmulas CARF nº 4 e 108, abaixo reproduzidas e de observância obrigatória por parte de seus membros:

Súmula CARF nº 4

Aprovada pelo Pleno em 2006

⁶ **LEI Nº 14.689, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.** Disciplina a proclamação de resultados de julgamentos na hipótese de empate na votação no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf); dispõe sobre a autorregularização de débitos e a conformidade tributária no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, sobre o contencioso administrativo fiscal e sobre a transação na cobrança de créditos da Fazenda Pública; altera o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e as Leis nºs 6.830, de 22 de setembro de 1980 (Lei de Execução Fiscal), 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 13.988, de 14 de abril de 2020, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e 10.150, de 21 de dezembro de 2000; e revoga dispositivo da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

⁷ **LEI Nº 9.430, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996.** Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências.

Art. 44. Nos casos de lançamento de ofício, serão aplicadas as seguintes multas: Vide Lei nº 10.892, de 2004) (Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007)

I - de 75% (setenta e cinco por cento) sobre a totalidade ou diferença de imposto ou contribuição nos casos de falta de pagamento ou recolhimento, de falta de declaração e nos de declaração inexata; (Vide Lei nº 10.892, de 2004) (Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007)

(...)

§ 1º O percentual de multa de que trata o inciso I do caput deste artigo será majorado nos casos previstos nos arts. 71, 72 e 73 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, independentemente de outras penalidades administrativas ou criminais cabíveis, e passará a ser de: (Redação dada pela Lei nº 14.689, de 2023)

(...)

VI – 100% (cem por cento) sobre a totalidade ou a diferença de imposto ou de contribuição objeto do lançamento de ofício; (Incluído pela Lei nº 14.689, de 2023)

(...)

A partir de 1º de abril de 1995, os juros moratórios incidentes sobre débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal são devidos, no período de inadimplência, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais. (Vinculante, conforme **Portaria MF nº 277**, de 07/06/2018, DOU de 08/06/2018).

Súmula CARF nº 108

Aprovada pelo Pleno em 03/09/2018

Incidem juros moratórios, calculados à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, sobre o valor correspondente à multa de ofício. (Vinculante, conforme **Portaria ME nº 129** de 01/04/2019, DOU de 02/04/2019).

Nada a prover no presente tópico.

Doutrina, Jurisprudência e Decisões Administrativas.

No que concerne à interpretação da legislação e ao entendimento jurisprudencial indicado pelo Recorrente, nos termos do artigo 100 do Código Tributário Nacional (CTN), somente devem ser observados os atos para os quais a lei atribua eficácia normativa, o que não se aplica ao presente caso.

Assim os entendimentos firmados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF e, inclusive, pela Câmara Superior de Recursos Fiscais, ainda que reiterados acerca de determinada matéria, não possuem efeito vinculante perante a autoridade administrativa de julgamento, ressalvada a hipótese de edição de súmula administrativa, nos termos do artigo 25, §13 do Decreto nº 70.235 de 1972, incluído pela Lei nº 14.689 de 2023.

Por sua vez, a jurisprudência emanada do poder judiciário também não vincula a autoridade julgadora, seja por falta de previsão legal, seja pelo fato da decisão judicial, em regra, só fazer coisa julgada entre as partes, não beneficiando nem prejudicando terceiros, nos termos do artigo 503 da Lei nº 13.105 de 2015 (Código de Processo Civil), respeitados os ditames do Decreto nº 2.346 de 1997 e do artigo 19 da Lei nº 10.522 de 2002.

Da mesma forma as posições doutrinárias não integram a legislação tributária nos termos dos artigos 96 e 100 do CTN.

Conclusão

Por todo o exposto e por tudo mais que consta dos autos, vota-se por conhecer do recurso voluntário; rejeitar as preliminares de nulidade do lançamento e do acórdão recorrido e, no mérito, dar-lhe provimento parcial para reduzir o percentual da multa de ofício aplicada à 100% em relação à infração de DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA INFRAÇÃO: OMISSÃO DE RENDIMENTOS CARACTERIZADOS POR DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA - CONTA DE TERCEIROS, correspondente aos rendimentos identificados por presunção legal – depósitos bancários na conta de Juliana Sabino Bonafini (interposta pessoa), tendo em vista a retroatividade benéfica prevista na Lei nº 14.689 de 2023.

ACÓRDÃO 2101-003.995 – 2ª SEÇÃO/1ª CÂMARA/1ª TURMA ORDINÁRIA

PROCESSO 11634.720080/2018-11

Assinado Digitalmente

Débora Fófano dos Santos

DOCUMENTO VALIDADO